

Agências reguladoras estão sendo maltratadas

O apagão em São Paulo e o ambiente eleitoral criaram condições políticas para um ataque às agências reguladoras. O presidente Lula pretende subordiná-las ao governo e incitou a CGU (Controladoria-Geral da União) a abrir uma investigação sobre os dirigentes da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). No embalo, a Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei para permitir a participação dos municípios na fiscalização do setor elétrico e discute como subordinar as agências reguladoras às suas comissões temáticas. Nas palavras da Frente Nacional dos Consumidores de Energia, “no caso do setor elétrico, são as mesmas comissões que têm aprovado todo tipo de absurdo, incluindo bilionárias emendas que só fazem encarecer a conta de luz”.

O modelo de desenvolvimento adotado no Brasil até os anos 90 do século passado era o de um Estado que, além de cumprir suas funções básicas, tinha também a responsabilidade de atuar na prestação de serviços públicos dependentes de vultosos investimentos em infraestrutura. No setor elétrico, funcionava bem. Porém, o atraso dos reajustes tarifários durante períodos de forte inflação desatrelaram os preços dos custos e desestabilizaram as estatais. Os investimentos deixaram de ser feitos, prejudicando a qualidade dos serviços. Foi nesse contexto que o governo FHC criou as agências reguladoras, copiando experiências bem-sucedidas de países desenvolvidos.

As agências reguladoras não são entidades de governo e sim de Estado, à semelhança dos tribunais. Devem atuar de forma independente na arbitragem de eventuais conflitos, buscando o equilíbrio entre os interesses do governo, da concessionária e do consumidor. De um lado, impedindo que a concessionária infle as tarifas ou preste serviço de má qualidade, abusando da posição monopolista. De outro lado, impedindo que o governo abuse da posição de força para, por exemplo, congelar tarifas, ocasionando o desequilíbrio econômico-financeiro da concessão. Os diretores das agências reguladoras devem ser escolhidos com base na capacitação técnica e protegidos de demissões de natureza política para que possam tomar decisões independentes, considerando que a duração dos contratos de concessão (décadas) é muito superior à de mandatos governamentais.

Em anos recentes, as agências têm sido maltratadas. Diretores são quase sempre escolhidos não pela qualificação e sim pela vinculação política. Orçamentos são comprimidos, não há reposição de servidores e, no caso do setor elétrico, leis são aprovadas ferindo de morte a governança. Difícil funcionar adequadamente nessas condições.

Não é a primeira vez que o presidente Lula questiona a legitimidade das agências. No segundo ano de seu primeiro mandato, propôs projeto de lei (3.337/04) com medidas para as manietar. Felizmente o projeto não foi aprovado e o governo passou a reconhecer que agências independentes são necessárias para assegurar a participação privada em empreendimentos intensivos de capital.

Tomara que o bom senso prevaleça novamente. Caso contrário aumentará o risco e a taxa de retorno dos investimentos em infraestrutura, as tarifas dos serviços concedidos e a pressão para uso do minguado capital público em substituição ao privado. Ou seja, mais desequilíbrio fiscal. Ninguém merece!

mercado **folha em defesa da energia limpa****Agências reguladoras estão sendo maltratadas**

Tirar independência de autarquias provocaria mais desequilíbrio fiscal

Jerson Kelman

Engenheiro, foi professor da Coppe-UFRJ e dirigente de ANA, Aneel, Light, Enersul e Sabesp

O apagão em São Paulo e o ambiente eleitoral criaram condições políticas para um ataque às agências reguladoras. O presidente Lula pretende subordiná-las ao governo e incitou a CGU (Controladoria-Geral da União) a abrir uma investigação sobre os dirigentes da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). No embalo, a Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei para permitir a participação dos municípios na fiscalização do setor elétrico e discute como subordinar as agências reguladoras às suas comissões temáticas. Nas palavras da Frente Nacional dos Consumidores de Energia, "no caso do setor elétrico, são as mesmas comissões que têm aprovado todo tipo de absurdo, incluindo bilionárias emendas que só fazem encarecer a conta de luz".

O modelo de desenvolvimento adotado no Brasil até os anos 1990 era o de um Estado que, além de cumprir suas funções básicas, tinha também a responsabilidade de atuar na prestação de serviços públicos dependentes de vultosos investimentos em infraestrutura. No setor elétrico, funcionava bem. Porém, o atraso dos reajustes tarifários durante períodos de forte inflação desatrelou os preços dos custos e desestabilizou as estatais. Os investimentos deixaram de ser feitos, prejudicando a qualidade dos serviços. Foi nesse contexto que o governo FHC criou as agências reguladoras, copiando experiências bem-sucedidas de países desenvolvidos.

As agências reguladoras não são entidades de governo, e sim de Estado, à semelhança dos tribunais. Devem atuar de forma independente na arbitragem de eventuais conflitos, buscando o equilíbrio entre os interesses do governo, da concessionária e do consumidor. De um lado, impedindo que a concessionária infla as tarifas ou preste serviço de má qualidade, abusando da posição monopolista. De outro lado, impedindo que o governo abuse da posição de força para, por exemplo, congelar tarifas, ocasionando o desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Os diretores das agências reguladoras devem ser escolhidos com base na capacitação técnica e protegidos de demissões de natureza política para que possam tomar decisões independentes, considerando que a duração dos contratos de concessão (décadas) é muito superior à de mandatos governamentais.

Em anos recentes, as agências têm sido maltratadas. Diretores são quase sempre escolhidos não pela qualificação e sim pela vinculação política. Orçamentos são comprimidos, não há reposição de servidores e, no caso do setor elétrico, leis são aprovadas ferindo de morte a governança.

Não é a primeira vez que o presidente Lula questiona a legitimidade das agências. No segundo ano de seu primeiro mandato, propôs projeto de lei (3.337/04) com medidas para as manietar. Felizmente o projeto não foi aprovado e o governo passou a reconhecer que agências independentes são necessárias para assegurar a participação privada em empreendimentos intensivos de capital.

Tomara que o bom senso prevaleça novamente. Caso contrário, aumentarão o risco e a taxa de retorno dos investimentos em infraestrutura, as tarifas dos serviços concedidos e a pressão para uso de minguado capital público em substituição ao privado. Ou seja, mais desequilíbrio fiscal. Ninguém merece!

Diretores são quase sempre escolhidos não pela qualificação e sim pela vinculação política. Orçamentos são comprimidos, não há reposição de servidores e, no setor elétrico, leis são aprovadas ferindo de morte a governança



Funcionário caminha por unidade de energia solar flutuante na represa Billings, em SP Jorge Silva - 5.abr.24/Reuters

CCEE lança plataforma para abrigar certificados de energia limpa e evitar 'greenwashing'

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica quer impedir dupla contagem dos documentos e virar referência para os compradores

Pedro Lovisi

SÃO PAULO A CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) lançou nesta terça-feira (29) uma plataforma para registrar as emissões de certificados ligados à geração de energia renovável no país. Esses documentos são vendidos por geradoras de energia limpa a empresas que têm metas de reduzir suas emissões de gases poluentes.

Inicialmente, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, participaria do evento de lançamento da plataforma, em São Paulo, mas precisou viajar para Brasília — o MME não apresentou motivos para a ausência.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aumentou sua influência na organização, apesar da natureza privada (sem fins lucrativos) da CCEE.

Com a plataforma, a CCEE busca oferecer ao mercado uma ferramenta para evitar a dupla contagem desses certificados, conhecidos como REC (sigla para Renewable Energy Certificate).

Hoje, as empresas geradoras de energia renovável, em especial solar e eólica, vendem junto com a energia um certificado que assegura a fonte limpa da eletricidade negociada. Esse documento geralmente é emitido por uma terceira parte, que informa de qual usina veio a energia e quando ela foi gerada.

A falta de um registro central desses certificados, porém, abre caminho para que um mesmo documento seja vendido duas vezes. Isso, na prática, não pode acontecer, já que um REC equivale a um MWh (megawatt-hora) de energia limpa inserido na rede, e um

mesmo elétron não pode ser inserido duas vezes. Ou seja, uma usina solar com geração de 30 MWh não poderia vender mais de 30 RECs por hora.

Sem um ente que possa checar isso, fica difícil, porém, atestar eventual dupla contagem.

Hoje há organizações privadas que auxiliam a emissão desses certificados para os geradores, mas como existem várias no mercado uma empresa geradora pode emitir mais de um REC advindo dos mesmos elétrons.

Nesse caso, aquelas empresas que comprarem os certificados podem ser acusadas de "greenwashing" (falsa aparência de sustentabilidade), mesmo sem saber da fraude. Por ser um mercado voluntário, não há gerência do governo nessas situações.

Mas, como a CCEE é a organização do sistema elétrico brasileiro responsável por registrar todas as negociações de energia elétrica do país, cadastrar esses certificados em uma plataforma ligada à instituição ajudaria a inibir essa dupla contagem.

"Quem emite o REC vai dizer que está emitindo o certificado de determinada geradora, e o comprador vai dizer que está comprando aquele REC. Com isso, a partir dessa operação, será possível retirar do estoque to-

dos aqueles certificados vendidos", diz Rodolfo Aiex, gerente-executivo de inovação e novos negócios na CCEE.

A iniciativa, na prática, terá pouco efeito imediato, já que apenas 10% da energia renovável comercializada hoje no país geram REC, por desinteresse do mercado, de acordo com a CCEE. Ainda assim, a organização acredita que nos próximos anos esse mercado continuará crescendo, principalmente a partir da criação de um mercado regulado de carbono — instrumento governamental que fixa metas de emissões para as empresas.

Nesse caso, companhias sujeitas ao mercado de carbono precisarão comprovar que a energia consumida veio, de fato, de fontes limpas. Uma forma de se fazer isso, analisa Aiex, poderá ser por meio da plataforma CCEE.

"A partir do momento que houver um mercado global que precifica as emissões, as indústrias serão forçadas a ter alternativas para a sua produção e evitar a emissão de gases do efeito estufa. É nesse momento que o mercado de REC passará a fazer muito sentido", diz Aiex.

Neste primeiro momento, a CCEE quer que a plataforma ganhe a credibilidade de todos os compradores e vendedores de REC, a fim de evitar "greenwashing". Uma vez que a maior parte dos certificados estiverem cadastrados na plataforma, espera-se que compradores de energia renovável só aceitem certificados registrados na CCEE.

Pela utilização da plataforma, os certificados pagarão um valor — ainda não divulgado — à CCEE por REC emitido.

10%
apenas da energia renovável comercializada hoje no país gera o certificado REC (sigla para Renewable Energy Certificate), por desinteresse do mercado, segundo a CCEE